neficiários, os motivos por eles invocados e os prazos de validade.

§ 3.º Os governos ultramarinos enviarão mensalmente ao Ministério do Ultramar relação das autorizações concedidas para entrada de estrangeiros.

Art. 9.º As empresas portuguesas de navegação não é permitido o transporte de passageiros que não preenham as condições previstas no presente diploma.

§ 1.º Para a obtenção das passagens os interessados deverão apresentar prova da sua identidade e da qualidade que invocarem.

§ 2.º Por cada indivíduo que transportarem com infracção do disposto nos artigos anteriores as companhias transportadoras ficam sujeitas ao fornecimento gratuito de passagem de regresso ao território de proveniência.

§ 3.º Em caso de dúvida sobre a concessão da passagem as companhias poderão consultar os serviços públicos competentes.

Art. 10.º As importâncias de viagem de regresso depositadas em companhias de navegação por força do § 2.º do artigo 2.º do Decreto n.º 37 196, de 27 de Novembro de 1948, que não hajam sido levantadas até um ano depois do prazo estabelecido na parte final do § único do artigo 1.º de mesmo decreto serão destinadas ao pagamento do transporte de colonos enviados pelo Ministério do Ultramar, por intermédio das respectivas companhias.

Este preceito aplicar-se-á a partir de 1 de Janeiro de 1957, podendo até essa data os interessados proceder aos respectivos levantamentos, nos termos do citado diploma.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 25 de Maio de 1956. — FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES — *António de Oliveira Salazar* — *Marcello Caetano* — *Fernando dos Santos Costa* — *Joaquim Trigo de Negreiros* — *João de Matos Antunes Varela* — *António Manuel Pinto Barbosa* — *Américo Deus Rodrigues Thomaz* — *Paulo Arsénio Viríssimo Cunha* — *Eduardo de Arantes e Oliveira* — *Raul Jorge Rodrigues Ventura* — *Francisco de Paula Leite Pinto* — *Ulisses Cruz de Aguiar Cortês* — *Manuel Gomes de Araújo* — *Henrique Veiga de Macedo*.

Para ser publicado no *Boletim Oficial* de todas as províncias ultramarinas. — *R. Ventura*.

MINISTÉRIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Decreto-Lei n.º 40 611

O contrato de adjudicação da exploração dos Caminhos de Ferro do Estado, de 11 de Março de 1927, prescrevia, na cláusula 3.ª do seu artigo 15.º, que dos agentes não compreendidos nas alíneas 1.ª e 2.ª do mesmo artigo a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses escolheria o pessoal que julgasse necessário e suficiente para a boa exploração das redes adjudicadas.

Nestas condições, foram pela mesma Companhia dispensados alguns agentes, procedimento este posteriormente confirmado pelo Governo.

A demissão destes agentes trouxe como consequência a sua eliminação de sócios contribuintes da Caixa de Reformas e Pensões dos Caminhos de Ferro do Estado, com perda dos direitos e regalias consignados no regulamento aprovado pelo Decreto n.º 14 437, de 18 de Outubro de 1927, então em vigor, e em harmonia com o artigo 8.º e seu § 2.º do mesmo diploma.

Tendo a Companhia readmitido alguns destes indivíduos, importa providenciar para que os mesmos, com longo tempo de serviço nos caminhos de ferro, não sejam prejudicados na sua aposentação ou pensão de sobrevivência pela interrupção havida, regularizando para tanto a sua situação perante a Caixa de Reformas e Pensões dos Caminhos de Ferro do Estado.

Aproveita-se ainda a oportunidade para conceder o mesmo direito aos agentes da extinta Administração dos Caminhos de Ferro do Estado, que, nos termos da legislação em vigor ao tempo do referido contrato, tinham de inscrever-se na supracitada Caixa e não o fizeram em devido tempo por circunstâncias estranhas à sua vontade, sendo depois atingidos pelo despacho ministerial de 22 de Fevereiro de 1928, que ordenou a cessação das inscrições de novos contribuintes.

Sobre todas estas inscrições foi consultada a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, que aceitou os encargos inerentes à execução deste diploma.

Assim:

Considerando que, para efeitos de aposentação, o § 8.º do artigo 28.º do regulamento aprovado pelo Decreto n.º 16 242, de 17 de Dezembro de 1928, já permite aos agentes readmitidos a contagem do tempo de serviço anterior à demissão;

Considerando que os encargos com pensões e reformas correspondentes ao tempo de serviço prestado pelo pessoal dos Caminhos de Ferro do Estado não afectam os interesses deste, pois são apenas da responsabilidade da empresa adjudicatária;

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Consideram-se readmitidos como sócios contribuintes da Caixa de Reformas e Pensões dos Caminhos de Ferro do Estado todos os agentes que, tendo transitado para a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, nos termos da cláusula 3.ª do artigo 15.º do contrato de adjudicação da exploração dos Caminhos de Ferro do Estado, de 11 de Março de 1927, perderam essa qualidade por haverem sido por ela dispensados e foram depois readmitidos ao seu serviço.

§ único. O disposto neste artigo é também aplicável aos agentes que transitaram para as empresas subarrendatárias das linhas de via reduzida, em virtude dos contratos de 27 de Janeiro de 1928, e se mantêm ainda ao serviço da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, e bem assim aos que, tendo sido demitidos de qualquer destas empresas, foram depois readmitidos e se encontram presentemente ao serviço da referida Companhia.

Art. 2.º As inscrições a efectuar nos termos do artigo anterior reportam-se ao mês em que tiveram lugar as readmissões ao serviço das empresas, contando-se para efeitos de aposentação e de pensão de sobrevivência, além do tempo de serviço anterior à demissão já liquidado, todo o tempo de serviço efectivo posterior à data da readmissão.

§ 1.º Se, ao abrigo das disposições então vigentes, os interessados requereram e lhes foi autorizado o levantamento da totalidade das jóias e quotizações com que haviam subscrito para a Caixa anteriormente à demissão, o tempo de efectividade ao serviço só será contado mediante indemnização, calculada em harmonia com os vencimentos percebidos e a taxa em vigor ao tempo do seu processamento.

§ 2.º Em qualquer das hipóteses anteriormente mencionadas não será levada em conta no montante da

indemnização a pagar a quota complementar de 2 por cento a que alude o § 4.º do artigo 28.º do regulamento aprovado pelo Decreto n.º 16 242, de 17 de Dezembro de 1928.

Art. 3.º É igualmente contado para efeitos de aposentação e de pensão de sobrevivência o tempo anterior à demissão ou exoneração dos agentes subscritores, quando tal tenha sido exigido por efeito de nova nomeação para outro cargo nos Caminhos de Ferro do Estado, em qualquer data em que esta se verificou, mesmo sob a administração da empresa adjudicatária.

§ único. Os agentes que desejem aproveitar desta concessão ficarão abrangidos pelas disposições do artigo 2.º e seus parágrafos no tocante à liquidação da indemnização que for devida pelo tempo de serviço requerido.

Art. 4.º Aos agentes que, nos termos do artigo 8.º do Decreto n.º 8392, de 26 de Setembro de 1922, conjugado com os artigos 399.º e 413.º da organização da Administração-Geral dos Caminhos de Ferro do Estado, aprovada pelo Decreto n.º 8924, de 18 de Junho de 1923, deviam inscrever-se como subscritores da Caixa de Reformas e Pensões dos Caminhos de Ferro do Estado, obrigatória ou facultativamente, e o não fizeram por omissão das repartições competentes, é facultada a inscrição nessa Caixa desde que se encontrem actualmente ao serviço da Companhia no desempenho de quaisquer funções e o requeiram no prazo de noventa dias, a contar da data da publicação deste diploma.

§ 1.º Aos novos inscritos será considerado todo o tempo de serviço prestado nos caminhos de ferro antes e após o arrendamento, salvo, quanto aos de inscrição facultativa, o disposto na última parte do artigo 413.º da citada organização. Pode, contudo, ser-lhes contado interpoladamente o período mínimo de três anos de serviço efectivo exigido para a inscrição.

§ 2.º O tempo de efectividade ao serviço será contado em harmonia com o disposto na última parte do § 1.º do artigo 2.º, devendo, no entanto, ser acrescida à importância da respectiva indemnização a quota complementar de 2 por cento prevista no § 4.º do artigo 28.º do regulamento aprovado pelo Decreto n.º 16 242, de 17 de Dezembro de 1928.

Art. 5.º É facultado aos novos inscritos nos termos dos artigos anteriores o pagamento em prestações mensais do montante da indemnização em dívida que lhes for liquidado em harmonia com o presente decreto-lei, mediante requerimento dos interessados, a formular no prazo de noventa dias, a contar da data da sua publicação.

§ 1.º O número das prestações referidas no corpo deste artigo não será superior a noventa e seis, a não ser que o quantitativo de cada uma exceda a metade da quota do subscritor, caso em que será esse o seu montante.

§ 2.º As prestações em dívida ao tempo do falecimento dos respectivos subscritores serão satisfeitas por seus herdeiros, nos termos do disposto no artigo 7.º do presente diploma.

Art. 6.º No cômputo da indemnização a pagar à Caixa de Reformas e Pensões dos Caminhos de Ferro do Estado em virtude das liquidações de tempo de serviço que tiverem de se efectuar nos termos deste diploma serão consideradas as importâncias das quotas e jóias obtidas por transferência das caixas congêneres da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, provenientes da contribuição dos agentes durante o tempo em que nelas tenham estado inscritos.

Art. 7.º As indemnizações que, para efeitos da liquidação de tempo de serviço autorizada pelo presente decreto-lei, foram devidas pelos agentes falecidos posteriormente à adjudicação da exploração dos Caminhos de Ferro do Estado serão satisfeitas por seus herdeiros, em favor dos quais reverterem as pensões de sobrevivência que lhes competiam pelo Regulamento da Caixa de Reformas e Pensões dos Caminhos de Ferro do Estado em vigor ao tempo do seu falecimento.

Art. 8.º Os agentes readmitidos sê-lo-ão exclusivamente para efeitos de regularização da sua situação perante a Caixa de Reformas e Pensões dos Caminhos de Ferro do Estado, sem que as readmissões autorizadas nos termos deste diploma impliquem o reconhecimento da qualidade de funcionário público ou lhes concedam a faculdade de reivindicar qualquer equiparação aos direitos e regalias à mesma inerentes.

Art. 9.º Da execução deste diploma não resultará qualquer encargo para o Estado, nos termos do disposto no artigo 40.º do contrato de concessão única de 14 de Junho de 1951.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 25 de Maio de 1956. — FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES — *António de Oliveira Salazar* — Marcello Caetano — *Fernando dos Santos Costa* — *Joaquim Trigo de Negreiros* — *João de Matos Antunes Varela* — *António Manuel Pinto Barbosa* — *Américo Deus Rodrigues Thomaz* — *Paulo Arsénio Virissimo Cunha* — *Eduardo de Arantes e Oliveira* — *Raul Jorge Rodrigues Ventura* — *Francisco de Paula Leite Pinto* — *Ulisses Cruz de Aguiar Cortês* — *Manuel Gomes de Araújo* — *Henrique Veiga de Macedo*.